

# Prostituição Feminina e Direitos Sexuais... diálogos possíveis.

José Miguel Nieto Olivar<sup>1</sup>  
(NUPACS/UFRGS – Davida)

*“- Te adoro porque me volviste puta.”*  
A viúva de Nazaré para Florentino Ariza.  
El amor en los tiempos del cólera.  
Gabriel García Márquez.

## 1. Intro

É no escritório do Fundo de População das Nações Unidas em Bogotá (UNFPA - Colômbia), agência das Nações Unidas cujos temas de trabalho são população e saúde sexual e reprodutiva, que tem lugar o diálogo do qual apresento abaixo um excerto. É agosto de 2007:

- Eu: Estou querendo pensar o tema de direitos sexuais em e a partir da prostituição feminina... pensar antropológicamente a relação...
- Dra. María<sup>2</sup>: Sim, sim, que bom, acho muito interessante. Prostituição é um tema pouco trabalhado pela gente.
- Eu: Sim, o que estou pensando é que me parece possível pensar prostituição enquanto um Direito Sexual...
- Dra. María: O quê? Não, uma coisa é promover os direitos sexuais delas... como de qualquer ser humano... melhorar as condições da sua sexualidade, da sua saúde sexual, mas outra coisa é... a prostituição não é um direito sexual, a prostituição é uma forma de opressão de gênero.

Na Colômbia, o UNFPA vem construindo há mais de quinze anos um importante trabalho de promoção de direitos sexuais e reprodutivos com diversos setores e populações. É em muitos sentidos uma vanguarda, e a Dra. María, a minha interlocutora, é a pessoa que mais tem elaborado conceitualmente e puxado politicamente o tema dos Direitos Sexuais enquanto enfoque. Durante seis anos eu fiz parte do trabalho do UNFPA em diversas regiões do país. Surpreendeu-me a contundência da sua afirmação e a coincidência do seu discurso com o feminismo mais reacionário, de que ela sempre se manteve à margem. Afirmações similares foram escutadas de diversos funcionários e funcionárias de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras que trabalham em desenvolvimento, saúde sexual e

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer especialmente a Sonia Correa, a Adriana Vianna e a Gabriela Leite pelas carinhosas conversas sobre todos os temas aqui trabalhados. Também, como sempre, à Leticia.

<sup>2</sup> Nome trocado

direitos humanos. Prostituição enquanto direito? Na Colômbia existe só uma pequena organização de prostitutas sediada em Bogotá –CORMUJER-, que, lamentavelmente, não possui uma ação sólida.

Na volta para o Brasil entrei em contato com uma professora antropóloga que possui uma larga trajetória acadêmica e gerencial nos temas de sexualidade, saúde sexual e reprodutiva e direitos sexuais. Na nossa primeira conversa me apresentei dizendo, entre outras coisas, que estava interessado em refletir sobre os direitos sexuais na prostituição feminina. Rapidamente ela, depois de afirmar seu interesse, perguntou se eu ia trabalhar com prostitutas lésbicas ou com prostitutas que tinham realizado abortos. “Também” –respondi.

Percebia, então, que a vinculação positiva da prostituição com os Direitos Sexuais era um ponto bem mais delicado do que eu imaginava. Por um lado estavam as restrições morais muito difundidas pela tradição cristã e pelo feminismo radical, que afetavam até espíritos bastante progressistas colocando ‘prostituição’ como um dos pontos limites da liberalidade; por outro lado estava a lógica hegemônica na construção de um campo, que privilegiava (para não dizer naturalizava) os temas mais clássicos do movimento gay e do movimento feminista, deixando de fora experiências e vozes que não tivessem sua origem nesses universos.

O presente texto pretende dar continuidade a um processo de reflexão maior sobre os diálogos possíveis entre prostituição e direitos sexuais. Parte da minha tese de doutorado em antropologia social, que desenvolvo junto ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o texto faz parte de um exercício de reflexão conjunto com a Rede Brasileira de Prostitutas. A partir de um trabalho de campo de mais de dois anos, na tese pretendo construir uma abordagem antropológica ao tema da prostituição feminina em Porto Alegre, tendo como base a experiência de quatro mulheres prostitutas militantes do movimento social da categoria, que estão hoje entre os 45 e 55 anos de idade. Em contraponto a essa perspectiva, levam-se em consideração práticas cotidianas de mulheres prostitutas não militantes que estão entre os 20 e os 30 anos de idade.

Como resultado do trabalho inicialmente realizado do lado do NEP em Porto Alegre (Núcleo de Estudos da Prostituição - associação gaúcha de prostitutas), posteriormente em Puerto Berrío, na Colômbia (onde não há movimento organizado), e finalmente junto ao Davida (organização que lidera a Rede Brasileira de Prostitutas), no Rio de Janeiro, percebe-se que a disputa pelos “direitos” é fundamental para a experiência na prostituição e para as militâncias. Contudo, o leque de discursos é o mais variado e as influências e efeitos são múltiplos. Um tema, porém, me chamou mais a atenção: o quase absoluto silêncio sobre Direitos Sexuais.

## 2. Os Direitos Sexuais no Movimento de Prostitutas.

No Brasil e no mundo, reivindicações de direitos humanos encontram-se na origem dos movimentos organizados de prostitutas. Desde a seminal fundação de COYOTE (Call Out Your Old Tired Ethics) em São Francisco, EUA, em 1973, passando pela icônica tomada da Catedral de Lion em 1975 por prostitutas francesas que protestavam contra um “estado cafetão” (Deschamps 2006, Pheterson 1989), até as múltiplas movimentações que no Brasil dos anos 80 denunciavam a violência brutal exercida por policiais e que originaram organizações como a Davida, o NEP, o GEMPAC, e a própria Rede Brasileira de Prostitutas, o mote ‘direitos humanos’ foi central na existência pública. Afinal, era esse um dos guarda-chuvas mais eficazes e usados da época<sup>3</sup>. Contudo seu uso tem mudado no percurso dos anos, das estratégias e das transformações.

A luta pelo respeito à vida e à integridade física das mulheres prostitutas, junto com a luta contra a nascente epidemia da Aids marcam o enfoque dos primeiros anos do movimento. Naqueles primeiros momentos, parece-me, o sujeito ‘prostituição’ não era necessariamente compreendido pelo próprio movimento com a radicalidade crescente da última década. O tom da luta estava muito mais afincado na universalidade, na vida e na dignidade humana das mulheres; isto é, em direitos fundamentais. O NEP, por exemplo, inicialmente mais influenciado por discursos de solidariedade cristã e assistência psicológica do que por perspectivas políticas de direitos humanos, assumiu o tripé “auto-estima, saúde e cidadania” como sua bandeira de luta. Claro, muitas organizações políticas, sociais e religiosas expressaram seu apoio às prostitutas (o próprio Davida teve sua origem no ISER).<sup>4</sup>

Um enfoque que não contempla a prostituição enquanto sujeito de direitos elimina qualquer possibilidade de as prostitutas se auto-representarem e agenciarem com plena legitimidade. Enfoques desse tipo são hoje sustentados com muita força por diversas organizações de ajuda e de “resgate” às prostitutas, e até, em diversos tons e matizes, por organizações da própria categoria, o que gera um intenso campo de disputas e conflitos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Segundo Barbará (2007), a primeira mobilização política no Brasil que incluiu visivelmente prostitutas, foi em São Paulo no ano 1979. Tratava-se da reivindicação de um grupo de prostitutas e travestis pela violência exercida por policiais na Boca do Lixo. Sobre a história desse Movimento ver também Guimarães 2008 e Leite 2009.

<sup>4</sup> Sobre a violência daqueles anos 70 e 80 nas ruas de Porto Alegre, assim como sobre a relação do NEP com o discurso de direitos, ver Olivar 2007 [2009]. Sobre a história do NEP ver Tedesco 2008.

<sup>5</sup> Na América Latina hispânica, a Red de Trabajadoras Sexuales, ainda lutando ferozmente pelos direitos humanos das trabalhadoras sexuais, assume uma linguagem que constrói o trabalho sexual desde a negatividade; isto é, como uma opção não-grata que muitas mulheres se vêem obrigadas a assumir pela pobreza e a marginalização. Elas tiraram do seu discurso a palavra ‘prostituição’, por considerá-la altamente estigmatizante

Lutando arduamente por marcar uma diferença radical com esses enfoques, a Rede Brasileira de Prostitutas foi assumindo o objeto 'prostituição' como elemento identitário a ser protegido e garantido pelos direitos humanos. No mundo inteiro esse movimento era crescente (Pheterson 1989). De um modo similar, como aconteceu com o movimento gay, "ser prostituta", "assumir a identidade", "ser sem-vergonha", constituíram-se elementos centrais no discurso de direitos humanos, já que implicavam a construção positiva de um novo sujeito de direitos: a prostituta. Não mais é da prostituição, como não era da homossexualidade (enquanto vazios, doenças, explorações ou opressões), que as pessoas deviam ser resgatadas pelo saber médico: é da violência -exercida ou permitida pelo Estado- contra aquilo que as faz sujeitos e cidadãs singulares e diferentes -a prostituição- que devem ser protegidas.

Se no movimento gay a proteção do erotismo e da sexualidade se converteu em bastão de luta no marco das "sex wars" (Rubin, 1999), no movimento de prostitutas foi o trabalho. Talvez menos distante do que gostaríamos daquelas perspectivas abolicionistas, mas com uma eficácia política enorme, o foco no trabalho permitiu às prostitutas organizadas construir alianças que nunca antes teriam imaginado e combater largamente o estigma que por décadas sustentara qualquer forma de violência contra elas (Olivar 2007 [2009]). Um exemplo disso é a inclusão das "Profissionais do Sexo" na Classificação Brasileira de Ocupações; importante ganho simbólico na luta pela visibilidade, dignidade e identidade. Prostituição, enquanto "um trabalho como qualquer outro", e nesse sentido a luta pela proteção do direito ao trabalho das mulheres prostitutas, ocupa até hoje as agendas do movimento, assim como grande parte da produção acadêmica brasileira sobre o tema<sup>6</sup>.

O foco no trabalho está baseado e implica uma certa dessexualização da prostituição, assim como uma perspectiva econômica/familiarista que, me parece, é vertebral na experiência de gênero e de prostituição de muitas das mulheres que fundaram o movimento (Olivar 2007 [2009]; esse tema é largamente abordado na tese). Nessa perspectiva, a prostituição, enquanto âmbito possível de trabalho para a mulher, depende, entre outras coisas, da distância a qual ela consiga manter "pré-reflexivamente" seu próprio erotismo, o corpo da 'esposa e mãe'. Eis o lugar do profissionalismo, como muitas nos lembram. E, ainda

---

(Olivar 2008 b, Justo Von Lurzer 2008). No Brasil muitas organizações de prostitutas (ou de ex-prostitutas), como a AMOCAVIM –da Vila Mimosa no Rio de Janeiro- assumem a mesma perspectiva e agem a partir de alianças, no mínimo, duvidosas (Simões 2003). No contexto global, essa perspectiva encontra sua base no movimento anti-pornografia e, hoje, no "pânico moral" suscitado pelo discurso contra o "Tráfico de Mulheres" e as múltiplas organizações de 'resgate' de mulheres traficadas (Agustín 2007; Kempadoo 1995).

<sup>6</sup> Desde o clássico Gaspar 1984, passando por trabalhos como Fonseca 2003 e 2004, Nausbaum 2002, Pasini 2000, até alguns mais recentes como Araújo 2006.

que generalizado, esse discurso é muito mais presente e consolidado nas mulheres prostitutas maiores de 40 anos. Todo um sistema discursivo de pobreza/autonomia financeira feminina (“quem vai pagar as minhas contas?”) e de responsabilidade maternal e cidadã (“tenho que sustentar os meus filhos”, “tenho que pagar meus impostos”) se ativa com muita frequência nas falas das prostitutas, militantes ou não, quando defendendo o seu trabalho (Olivar 2008 b).

Talvez pelo primado do enfoque trabalhista (mas, como veremos, não exclusivamente por isto) no movimento brasileiro o tema de Direitos Sexuais é bastante recente e pouco desenvolvido. É no marco da Consulta Regional sobre Trabalho Sexual e HIV na América Latina e Caribe, levada a cabo em Lima em fevereiro de 2006, que os Direitos Sexuais apareceram como uma recomendação. “Outra iniciativa foi considerar a prostituição como um ‘direito sexual, no marco da igualdade de gênero’” (Strack 2007: 4). Frente a isso, Gabriela Leite (citada no artigo referido) afirma que: “Nunca antes se considerou a prostituição como direito sexual porque nós sempre fomos vitimizadas” (2007: 4). A partir desse momento a Rede tenta, sem muitos apoios, construir um enfoque nesse sentido<sup>7</sup>.

Apesar da novidade do tema assim apresentado –direitos sexuais-, e apesar da relativa hegemonia do discurso trabalhista dessexualizado, perspectivas que ressaltavam a contestação e a sexualidade sempre estiveram presentes<sup>8</sup>. Nesse sentido é importante destacar a figura de Gabriela Leite, respeitado e controvertido ícone do movimento brasileiro. Talvez produto da sua formação de classe (média) nos anos 60, e do seu passo pelas salas de aula de filosofia e sociologia da USP, onde leu e conheceu pessoalmente a Felix Guattari, Gabriela promove o discurso mais radical do movimento no Brasil. É em parte pela sua influência que, em franca oposição à Red Latinoamericana e às organizações de “resgate”, e não sem suas próprias contradições, as brasileiras continuam afirmando a opção, a escolha positiva pela prostituição. É nessa linha que se afirmam enquanto prostitutas... e, ainda mais, como putas. No ano de

---

<sup>7</sup> Em conversações recentes do Davida com funcionárias do UNFPA –Brasil, organização aliada do movimento, sobre a inclusão do tema ‘direitos sexuais’ no trabalho conjunto, a reação não é esperançosa. Elas tem argumentado que Direitos Sexuais não é o mandato do UNFPA, mas saúde sexual e reprodutiva. Porém, não deve se esquecer que a definição de saúde sexual e reprodutiva presente em Cairo 1994, implica necessariamente a assunção de um enfoque de direitos (Mejia 2003).

<sup>8</sup> “Los días 5 y 6 de junio tuvieron lugar en las Cotxeres de Sants, España, las jornadas de Stonewall. Organizadas por Quimera Rosa, Ex-Dona, Klau, Zorra Suprema y FAGC [todas organizaciones vinculadas ao negócio do sexo], se trató el tema de la prostitución y la promiscuidad femenina como un asunto a reivindicar en la mujer. (...) **La promiscuidad, la autosuficiencia, o el beneficio económico en relaciones no vinculantes mediante contrato la única manera de libertad real. ¡NOSOTRAS SOMOS PUTAS PORQUE NUESTRO CHOCHO LO DISFRUTA!**” Fragmento escrito por Beatriz Espejo, do Movimento Puta, para o grupo de discussão Industria del Sexo, coordenado por Laura Agustin. Ver também a campanha “Se Ofrecen caricias” desenvolvida em Lima: [www.seofrecencaricias.blogspot.com](http://www.seofrecencaricias.blogspot.com) e [www.cidadaniasx.org](http://www.cidadaniasx.org) Para conhecer melhor a história do nascimento do movimento global de prostitutas, ver: Patherson, 1989.

2002 o Jornal Beijo da Rua, da Davida, publicou um texto da Gabriela Leite chamado “Sem vergonha de ser Puta”. Nele, a autora avança na desconstrução do estigma através da afirmação orgulhosa de uma identidade estigmatizada e de uma relativa marginalidade, e chama a atenção das suas colegas para assumirem com igual honra o nome puta<sup>9</sup>.

Sintam que palavra linda, sonora e importante. Puta, que é o nome da nossa atividade e também um grande palavrão, uma grande ofensa. (...) Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuamos a inventar nomes babacas para a nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito com relação ao que fazemos continuará forte (Leite, 2002).

A mesma perspectiva permeou o planejamento e o desenvolvimento do IV Encontro Nacional de Prostitutas, realizado no Rio de Janeiro entre 2 e 5 de dezembro de 2008. A destituição da noção de “Profissionais do Sexo”, denunciada por Gabriela e por outras como extremamente asséptica e de moral dupla, e a afirmação da identidade de prostitutas e de putas esteve largamente em discussão. No processo de construção radical desse sujeito de direito “prostituta”, a noção de profissional do sexo resulta pouco específica e pouco instigante para os interesses delas. Pouco específica porque inclui outros sujeitos que não prostitutas (atrizes pornô, stripers, acompanhantes...) e que muitas vezes apresentam perspectivas que são lidas pelo movimento como discriminatórias da prostituição; pouco instigante porque na lógica delas cede à tentação do estigma de “ocultar a identidade”, ao mesmo tempo que apaga a força combativa que palavras como puta e prostituta têm.

No percurso do IV Encontro, muitas mulheres encontraram no sujeito ‘puta’ um lugar para as suas afirmações... construíram o sujeito ‘puta’ como um sujeito de direitos que não precisa se justificar nem pedir desculpas pelo seu trabalho, pelo seu sexo, pelas maneiras de fazer com seu corpo. Muitas delas afirmaram seu desejo de serem prostitutas, seu prazer em serem putas, e longe das versões mais estabelecidas do enfoque trabalhista, muitas delas afirmaram a satisfação e a autonomia que a prostituição lhes dá e a vinculação do seu prazer erótico na prática da prostituição. Beijar na boca, namorar clientes e gozar no programa

---

<sup>9</sup> Ana Amuchastegui, em uma apresentação oral realizada por ocasião do quinto aniversário do CLAM, em agosto de 2008 no Rio de Janeiro, mostrou exemplos de algumas organizações mexicanas que, mesmo sem afirmar a ‘sexualidade’ e o nome ‘direitos sexuais’, realizavam trabalhos importantes na promoção da equidade, da justiça, do bem-estar e da diversidade sexual de determinados segmentos sociais. É interessante perceber como, até certa medida, a ação da Rede Brasileira de Prostitutas, com maior ou menor timidez e uniformidade, tem trabalhado pelo reconhecimento e respeito de direitos vinculados à sexualidade, sem necessariamente assumir o pacote legal e filosófico completo. Ver: [www.direitos-sexuais.org](http://www.direitos-sexuais.org)

apareceram nas falas de muitas delas, principalmente das mais jovens, como possibilidades do seu trabalho a serem protegidas.

Contudo, o enfoque trabalhista e dessexualizado continua sendo hegemônico no trabalho de muitas das organizações brasileiras, talvez porque politicamente é muito mais pragmático... pelo menos a curto prazo. É que pensar em assumir um enfoque de prostituição enquanto Direito Sexual exige para o movimento encarar dois temas que nunca lhe foram muito fáceis: sexualidade e gênero.

Por um lado, pensar a prostituição no marco dos direitos sexuais implicaria reconhecer (quando não criar) a existência de “sexualidade”, de erotismo, na prática das mulheres prostitutas. Re-sexualizar a prostituição não é uma tarefa simples, pois é justamente no marco da ‘scientia sexualis’ que a prostituição ganhou um dos seus piores inimigos: o discurso da perversão sexual. A prostituta, sexualizada, é facilmente assumida como uma devassa, como uma mulher cuja sexualidade patológica e anormal a condena tristemente à prostituição (Foucault 1988). Por isso foi mais fácil tirar qualquer vestígio de sexualidade e de transgressão sexual do universo da prostituição<sup>10</sup>. Assim mesmo, esse ‘assumir a sexualidade’, no seu sentido mais clássico, é um procedimento complexo e arriscado. Como Foucault (1988) claramente nos ensinou e como Guattari (1981) também sugeriram, essa sexualização implica a construção de um sujeito confessional, individualizado, objeto fácil da “máquina-estado”, dos poderes médicos e psicológicos; sensualista e eternamente incompleto porque sempre “perfectível” (Duarte 1999). Tratar-se-ia, então, de encarar o sexo desde lugares diferentes da “scientia sexualis”, contra discursos normalizantes, contra a sólida proeminência do discurso sanitarista no campo dos direitos sexuais (Correa 2006; Vianna 2004), na afirmação radical da diferença.

Pelo outro lado, está o tema de gênero, central na constituição filosófica, histórica e política dos Direitos Sexuais (Correa e Petchesky 2001). Talvez porque até muito pouco tempo, ‘gênero’ era propriedade exclusiva do movimento feminista, e porque até ontem o movimento feminista era mais ou menos monoliticamente inimigo do movimento de prostitutas, esse é um tema praticamente inexistente nas discussões e reflexões da militância brasileira. Muitas vezes elas foram xingadas, ignoradas ou fortemente criticadas pelas outras mulheres por estarem alienadas (Pheterson 1989 e 1996)<sup>11</sup>. Porém, de alguns anos para cá, no

---

<sup>10</sup> Conectando com Amuchastegui e com o próprio Foucault (1988), essa reflexão nos obriga a pensar que o vazio dos ‘direitos sexuais’ não é só um desconhecimento ou um estágio ainda não conseguido, mas uma ação estratégica de não sujeição sexual, de não entrega ‘de si’ a um código ético ainda demasiado governado pelas feministas radicais, a patologia e o estado.

<sup>11</sup> Eu próprio presenciei diversas cenas desse tipo em Porto Alegre.

Brasil e no mundo, algumas linhas mais ‘progressistas’ do movimento de mulheres, assim como muitas estudiosas e militantes do ‘gênero’ nas suas formas mais contemporâneas, vêm possibilitando uma aproximação favorável às organizações de prostitutas. Os trabalhos de Adriana Piscitelli (2002, 2005, 2008) e de Margareth Rago (1985, 2008) no Brasil, de Dolores Juliano (2002 e 2006) na Espanha, e de Laura Agustín (2007) e Kamala Kempadoo (1995) numa lógica global, são exemplo disso e têm permitido a complexificação da relação gênero / prostituição.

Mas... para que assumir o problema de pensar a prostituição como um direito sexual se, como vemos, implica a criação de conflitos com setores que seriam aliados do trabalho e da solidariedade social? Porque radicalizar o discurso e não simplesmente ficar no enfoque trabalhista que tão bons resultados pode continuar trazendo? Dois argumentos se destacam. Primeiro, porque assim começa a ser exigido e cobrado pelas novas gerações de prostitutas e pelas novas formas de prostituição. Hoje os princípios que orientavam a prostituição de rua nos anos 70 e 80 não são mais tão sólidos; as velhas separações entre ser do cabaré ou ser do lar (e correlatos) se diluem na prática contemporânea da prostituição e das sexualidades femininas das camadas médias e baixas em cidades como Porto Alegre. As organizações de prostitutas, como o NEP ou a Davida, sentem hoje a necessidade de modificar seus discursos e lutas para acompanhar as transformações do próprio campo.

Segundo. Talvez o alvo de luta maior dos movimentos de prostitutas é ‘o estigma’ existente sobre sua identidade. Gail Pheterson o chamava o “wore stigma”, o estigma da puta (1996). É essa altíssima valoração social negativa da puta, enquanto categoria moral de gênero, que mobiliza e justifica todas as formas de discriminação e violência sobre as prostitutas, e que produz, com dramática frequência, a valorização negativa do corpo e do sexo da mulher prostituta, assim como sua auto-depreciação. Trata-se, usando-nos momentaneamente do discurso da dominação, disso que com Bourdieu podemos chamar de ‘Violência Simbólica’.

La violencia simbólica se instituye a través de la adhesión que el dominado se siente obligado a conceder al dominador (por consiguiente, a la dominación) cuando no dispone, para imaginarla o para imaginarse a sí mismo o, mejor dicho, para imaginar la relación que tiene con él, de otro instrumento de conocimiento que aquel que comparte con el dominador y que, al no ser más que la forma asimilada de la relación de dominación, hacen que esa relación parezca natural. (2000: 51)

Como Pheterson (1996) chamava a atenção já nos anos 90, e como o uso da noção de violência simbólica sugere, o ‘wore stigma’ não pode ser isolado do resto de relações simbólicas do conjunto social; isto é, do resto de maneiras pelas quais a sexualidade, a classe



e o gênero se constroem, negociam e fazem a sociedade. O estigma que as prostitutas denunciam é um *continuum* que afeta potencialmente a todas as mulheres e às prostitutas enquanto mulheres, já que não é uma tecnologia de repressão contra, fundamentalmente, uma forma de trabalho. Trata-se, melhor, de uma tecnologia de “bio-poder”, na qual os interesses de grupos conservadores das mais diversas origens confluem, e que encontra na existência eternamente punível da categoria moral ‘prostituição / putaria’ uma ferramenta útil para a estimulação, por oposição imagética, da existência de certas noções de pessoa, de gênero, de família, de trabalho consideradas ‘boas’, ‘decentes’, ‘honestas’, ‘saudáveis’... (Foucault 1988 e 2008)<sup>12</sup>.

Porque é a instauração naturalizada de um não-direito, o ‘wore stigma’ sustenta a violência exercida contra todas aquelas mulheres, prostitutas ou não, que assumem, perante os olhos de alguém ou de si próprias, uma performance de puta... Fonseca 2004 (para Porto Alegre), Guy 1991 (Buenos Aires), Rago 1985 (São Paulo) e Martinez 2002 (Bogotá) exemplificam perfeitamente essa lógica nas suas pesquisas históricas. Como é claro, e como as autoras antes referidas confirmam, o objeto preferido dessa violência, desse não-direito, é o corpo da mulher prostituta pobre... e luminosa, não arrependida. É contra essa negação naturalizada de direitos que a bandeira dos Direitos Sexuais, assim chamados ou não, parece ser útil. Assim Carla Corso e Pia Corve, del *Comitato per i Diritti Civili delle Prostitute-Italia*, expressam numa manifestação de prostitutas em Barcelona em 2003: ‘Compañeras, reivindicamos el derecho al uso de nuestro cuerpo, el derecho a vivir una sexualidad liberada, el derecho a satisfacer nuestros deseos, el derecho a existir’ (Juliano 2006: 224).

### 3. O que “prostituição” tem a nos dizer sobre Direitos Sexuais?

- ¿Vamos a hacer un rato bien sabroso, mi amor?
- ¿Y cuánto es?-, diz ele enquanto saboreia sua cerveja Póker encostado no balcão do “Bar Paletará”, na ‘zona’ de Puerto Berrío.
- 20 lucas.
- Ahhh, bien, entonces vamos, pues, pa’l hotel ‘onde estoy baja’o.
- ¿Qué? No, mi amor, vení le hacemos aquí mismo en aquella piecita... vení, bien rico...
- ¡Nooo, mijá, que tal! Nos vamos pa’l hotel... Aquí mismito tengo la moto.

---

<sup>12</sup> Josephine Ho demonstra de maneira muito interessante como no Taiwan contemporâneo, o discurso anti-tráfico e anti-exploração de menores alimentou e radicalizou não só um discurso anti-prostituição, mas um discurso de “disciplina social” para a gestão de ‘boas mulheres’. “...the target of the new law was no longer just trafficking or prostitution that involved minors, but *any kind of sexual contact with (or even between) juveniles*” (2005: 89).

- Ay, no papi, quedémonos aquí...- tenta seduzir ela, com seus felinos olhos azuis e seu decote interminável, mas ele a interrompe violentamente.

- ¡Que no, pues, pero que güevonada... Usted va a 'onde yo le digo que la plata es mía! ¡O entonces no hay negocio!

### Ela perde a paciência.

- Pues la plata será suya, pero la chimba es mía, hijueputa!- conclui ela quase gritando antes de sair enfurecida do bar.

La Sarca tinha por volta de 20 anos naquela época, desde os 14 ou 15 trabalhava na prostituição, não tinha terminado o primeiro grau, mal sabia ler e escrever, mas sabia com perfeita clareza, em termos de posse, qual era a relação corporal que estabelecia com o mundo. Sua 'boceta' é dela; o dinheiro em troca não compra, apenas permite algum gozo de condições por ela limitadas. La Sarca era nativa de Medellín, capital de Antioquia, tinha nascido numa favela e fazia alguns anos, pela onipresente violência, tinha começado a rodar pelas zonas de prostituição da região. Nunca assistiu a uma reunião de uma organização de prostitutas, de direitos humanos nem de desenvolvimento; apenas a algumas de saúde.

O homem saiu atrás dela, olhou-a com desprezo e ajustando seu chapéu foi-se embora. Ela, então, sentou-se à mesa onde eu bebia cerveja com outras mulheres do Paletará, serviu-se um copo e, cheia de raiva, recontou a cena que todos tínhamos presenciado. Como ela, muitas outras mulheres prostitutas compartilham um conjunto de saberes e de poderes sobre o sexo, sobre o casamento, sobre as relações com os homens, sobre seus corpos, sobre a rua e a noite, sobre o dinheiro, sobre os limites do seu negócio, que foi aprendido nas suas trajetórias rurais ou populares e no vai-vem da própria prostituição, não em nenhuma organização de 'resgate' ou 'empoderamento'. É ali que o dinheiro -no mesmo nível que o 'tesão', o amor, o lazer, o divertimento- se constrói cuidadosamente como um objeto de desejo e de mediação da troca sexual, não como uma ferramenta de alienação, de dominação<sup>13</sup>.

A troca sexual na prostituição hoje se dá principalmente sob parâmetros verbalizáveis, claros, explícitos, e que, em geral, são controlados pela mulher prostituta<sup>14</sup>. E ainda que na

---

<sup>13</sup> Para uma interessante reflexão etnograficamente baseada sobre o lugar do dinheiro na prostituição feminina de rua em Paris, e suas relações com o prazer sexual, a legislação trabalhista e a experiência das próprias mulheres, ver: Deschamps 2006.

<sup>14</sup> Uma discussão sobre exploração sexual de pessoas precisaria outros dados e outras abordagens. No meu trabalho de campo realizado com prostitutas adultas no centro de Porto Alegre, junto com as mulheres do NEP e na 'zona de tolerância' em Puerto Berrio, a prostituição, mesmo no curral da pobreza e da violência, não manifestava formas especialmente visíveis de exploração. Em outro lugar discuti alguns dos limites, nem sempre tão sólidos etnograficamente, entre auto-gerência e exploração em situações de dominação militar e de extrema pobreza (Olivar, 2008).

presença, comum, do álcool e outras drogas tal controle seja colocado em risco e a permissividade aumente, dificilmente se evidenciam práticas de total e generalizado descuido. Nessas situações ou na trajetória das suas vidas, a auto-gerência, até para colocar-se em risco em busca do dinheiro, da liberdade, da intensidade ou do prazer, é significativamente visível. Existe um fogo fátuo na experiência da prostituição, uma intensidade desejanse de “desterritorialização” que não depende, me parece, do discurso feminista nem da lógica moderna individualista mais formal dos direitos humanos<sup>15</sup>. Desafortunadamente, essa mesma configuração imagética da ‘prostituição’, onde “ser hijo de puta era la consecuencia lógica e indolora” (Restrepo 2007: 28), gera formas de violência constantes, diversas e socialmente legitimadas. Muitas cicatrizes marcam os corpos, e muitas mortes a memória. Muito abandono configura as zonas de tolerância, e muita culpa as noites<sup>16</sup>.

É esse fogo fátuo que alimenta e orienta as políticas da prostituição e, em consequência, o pensamento das suas organizações políticas. É a intensidade e insubmissão (Rago 1985) desses movimentos de “desterritorialização” presentes na experiência da prostituição que tanto assusta os espíritos do Estado, que tanto fascínio, carinho e engajamento gera em pessoas e organizações não vinculadas diretamente com o negócio do sexo.

A luta das organizações de prostitutas contra o estigma, para ser duradoura e eficaz, precisa engajar-se radicalmente na desconstrução de valores hegemônicos que orientam o gênero e as sexualidades femininas e que são cotidianamente corporificados não só por policiais, clientes, políticos, médicos, ‘esposas’ e jornalistas, mas pelas próprias prostitutas e seus companheiros e companheiras afetivas. A luta dessas organizações evidencia, tristemente, a duração e a violência de imaginários de gênero que, olhando para outros cantos, acreditamos superados. O direito da puta de ir e vir, de nomear e seduzir, de vadiar e gozar, de dar e cobrar (ou não) sem culpa nem cacetete, é o direito de cada mulher (de cada pessoa) de fazer-se gente como quiser e puder.

O Movimento organizado de prostitutas começa a perceber a necessidade de promover, tanto no nível do Estado, quanto no nível das práticas e das emoções cotidianas, uma espécie de “justiça erótica” (Rubin 1999) e de gênero que tenha na lei, no Estado e na moral burguesa tão só alianças contingentes, e não nortes de ação. Políticas de sexo e de

---

<sup>15</sup> Um fogo que não é, para apagar qualquer suspeita essencialista, resultado de alguma ‘natureza’ libertária do sexo, mas do conjunto de relações sociais, corporais, econômicas, de classe, de gênero, que são corporificadas pelas mulheres nos universos de prostituição (especialmente de baixa renda).

<sup>16</sup> Talvez como parte de uma ação solidária de intelectuais e pesquisadores para construir uma imagem ‘limpa’ da prostituição feminina, é muito interessante apreciar o enorme vazio na produção acadêmica brasileira sobre violência nos universos de prostituição. Sobre relações de Polícia e prostituição em Brasília, ver Rodriguez 2003.

gênero que reivindicuem para as mulheres a positividade da inclusão explícita de dinheiro nas trocas sexuais; da multiplicidade de identidades, de performances e de parcerias sexuais nas suas experiências; das suas performances ‘ativas’ na sedução, na cama e na conversa sobre sexo; da licenciosidade e insubmissão sexual, afetiva e produtiva potenciadas pela prostituição; das suas presenças na noite, na ‘noite’, na rua e nos locais ‘masculinos’<sup>17</sup>; do uso de roupas, gestos, peles e linguajares que estimulem não só o erotismo e o dinheiro dos clientes ou maridos, mas as imaginações identitárias múltiplas delas próprias... Políticas que afirmem em toda sua “positividade” e “singularidade” (Rago 2008) o enorme leque e a intensa mobilidade de experiências corporais, sexuais e de gênero presentes na prostituição feminina<sup>18</sup>.

Para os Direitos Sexuais, como bandeira institucional, a prostituição representa uma das linhas de fuga e de transformação mais radicais (talvez como o sado-masiquismo, o transgênerismo e as formas de amor intergeracional), pois, por um lado, exige o reconhecimento de experiências corporais e de trajetórias de vida sensivelmente diferentes e contrárias aos valores hegemônicos cristãos, burgueses e liberais, e, pelo outro, expõe sem eufemismos nem timidez não só ‘o avesso’ do amor moderno, da família, do erotismo romântico e do próprio estado, como os limites (in)imagináveis da vontade e da negociação, e, fundamentalmente, o palpável *continuum* econômico que orienta as trocas sexuais e afetivas do conjunto social (Olivar 2008, Anjos 2005, Piscitelli 2008, Pheterson 1996)<sup>19</sup>. Para os movimentos de Direitos Sexuais, tão acostumados como estão no pensamento feminista mais dogmático e no asséptico odor sanitarista, fica o enorme incômodo de ter que começar a conviver nos seus espaços de políticas nacionais e internacionais com prostitutas insubmissas e auto-representadas...

---

<sup>17</sup> Não por serem melhores, mas por também existirem...

<sup>18</sup> É nesse sentido, parece-me, que algumas camisetas da grife DASPU, marca social da Davida, preconizam: “As mulheres boas vão para o céu, as mulheres más vão para qualquer lugar”, “Somos más, podemos ser piores” e, mais recentemente, “Prazer é um direito seu”.

<sup>19</sup> É importante anotar que, desde certa perspectiva, a história da fabricação dos Direitos Sexuais não corresponde vis-à-vis com a história do molde maior de Direitos Humanos. Em muito, os direitos sexuais nasceram e se desenvolveram produto de lutas de grupos e lógicas excluídas do discurso hegemônico liberal, moderno, racional e masculino dos DH. É verdade que sua cristalização institucional tem estado atrelada aos braços mais reacionários do feminismo e do poder médico, mas também é verdade que desde o início a inspiração do seu discurso vazou tais poderes (Correa 2006, Correa e Petchesky 2001, Petchesky 1998).

## Bibliografia básica

- Agustín, Laura. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London/New York: Zed Books, 2007.
- Anjos, Carlos dos. “Sexualidade Juvenil de classes populares em cabo verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres”. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro Vol. 13, n. 1 (jan./abr. 2005): 163-177.
- Araújo, Rogério. *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiana: Cãnone Editorial, 2006.
- Barbará, Anna Marina. “Apresentação”. In: Barbará e Leite. *As meninas da Daspu*. Teresópolis, RJ: Novas Idéias, 2007: 9-18.
- Bourdieu, Pierre. *La dominación Masculina*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.
- Correa, Sonia. “Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre os direitos sexuais”. *Horizontes antropológicos*, 12, (26) 2006: 101-21.
- \_\_\_\_\_; Petchesky, Rosalind. “Los derechos reproductivos y sexuales: una perspectiva feminista”. J. Figueroa (org.). *Elementos para un análisis ético de la reproducción*. México: PUEG, 2001: 99–135.
- Deschamps, Catherine. *Le sexe et l'argent des trottoirs*. Paris: Hachette Littératures, 2006.
- Duarte, Luis Fernando. “O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna”. Heliborn (org). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999: 21-30.
- Fonseca, Claudia. “Familia y profesión : la doble carrera de la mujer prostituta”. *La antropología brasileña contemporánea : contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2003: 95-135.
- \_\_\_\_\_. “A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais”. Piscitelli, Gregori e Carrara (org). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004: 257-281.
- \_\_\_\_\_. “Ser mulher, mãe e pobre”. Del Piore, M. (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004: 510-553.
- Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graa, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Gaspar, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- Guattari, Felix. “Devir mulher”. Guattari. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: editora brasiliense, 1981: 34-37.
- Guimarães, Frederico Sidney. *Mulheres da vida, da casa e do trabalho: memórias da luta pelos direitos sociais e trabalhistas das prostitutas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO-, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Memória Social. RJ, 2008.
- Guy, Donna. *El sexo peligroso: la prostitución legal em Buenos Aires 1875-1955*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1991.
- Juliano, Dolores. *Excluidas y Marginales*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.
- \_\_\_\_\_. *La prostitución: el espejo oscuro*. Barcelona: Icaria, 2002
- Justo von Lurzer, Carolina (CONICET–IIGG - Universidad de Buenos Aires). “Trabajadoras sexuales y Mujeres en situación de prostitución: algunos interrogantes sobre la construcción de identidad política en los sujetos estigmatizados”. Trabalho apresentado para o ST 26 – Prostituição, gênero e cidade, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 25-28 de agosto de 2008.

- Kempadoo, Kamala; Sanghera and Pattanaik (comp). *Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work and human rights*. Boulder: Paradigm Publishers, 1995.
- Leite, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Sem vergonha de ser Puta”. *Beijo da Rua* (março, 2002). www.beijodarua.com.br
- Martínez, Aída. “De la moral pública a la vida privada, 1820-1920”. Martínez, A. y Rodríguez, P. (org) *Placer, dinero y pecado: historia de la prostitución en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2002: 129-164.
- Mejía, Maryluz. “Aproximación a los derechos sexuales y reproductivos.” *En otras palabras* # 12 (enero-diciembre), Bogotá: Grupo Mujer y Género, Universidad Nacional de Colombia, 2003: 17-21
- Nussbaum, Martha. “Pela razão ou preconceito: ganhar dinheiro com o uso do corpo”. *Cadernos Themis*. Ano III –Dezembro de 2002: 13-53.
- Olivar, José Miguel. “A angústia dos corpos indóceis: prostituição e conflito armado na Colômbia contemporânea”. *Cadernos PAGU* (31), julho-dezembro de 2008:365-397.
- \_\_\_\_\_. “A cidade das putas: guerra, punição e feminilidades *avulsas* na experiência de mulheres prostitutas em Porto Alegre”. Trabalho apresentado para o ST 26 – Prostituição, gênero e cidade, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 25-28 de agosto de 2008 (b).
- \_\_\_\_\_. “O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre”. *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho-dezembro de 2007 [2009] p. 108-137.
- Pasini, Elisiane. “O uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre”. Fábregas-Martínez e Benedetti (org). *Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no Universo da Prostituição*. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca/GAPA-RS, 2000: 31-46.
- Pheterson, Gail. *The prostitution prism*. Amsterdam: amsterdam University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. (comp). *Nosotras, las putas*. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.
- Piscitelli, Adriana. “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *Cadernos Pagu* (25). Campinas, 2005: 7-23.
- \_\_\_\_\_. “Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo”. In: *Cadernos Pagu* (19). Campinas, 2002: 195-233.
- \_\_\_\_\_. (a). “Estigma e Trabalho Sexual: comentários a partir de leituras sobre Turismo Sexual”. Sem dados.
- Piscitelli, Adriana; Vasconcelos, Marcia. “Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”. *Cadernos PAGU* (31), julho-dezembro de 2008: 29-64.
- Petchesky, Rosalind. “Introduction.” In: R. Petchesky e J. Karen (org.). *Negotiating Reproductive Rights: women perspectives across countries and cultures*. New York: International Reproductive Rights Research Action Group, 1998: 1-30.
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (2da. Edição).
- Restrepo, Laura. *La novia oscura*. Madrid: Alfaguara, 2007.
- Rodriguez, Marlene. *Polícia e prostituição feminina em Brasília –Um caso de estudo-*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da UnB. Brasília, dezembro de 2003.

- Rubin, Gayle. "Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality." Parker and Aggleton (ed). *Culture, society and sexuality reader*. New York: Routledge, 1999: 143-178.
- Simões, Soraya. *Vila Mimosa II: a construção do novo conceito de 'zona'*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF. Niterói, 2003.
- Strack, Friederike. "Prostitutas querem convenção na OEA". *Beijo da Rua* (março, 2006). [www.bejodarua.com.br/](http://www.bejodarua.com.br/)
- Tedesco, Letícia. *Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGAS-NACI/UFRGS, 2008.
- Vianna, Adriana; Lacerda, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.